

Sumário

Apresentação	11
1. Introdução	17
2. Bases principiológicas para a problemática da duração razoável do processo	
2.1. A importância de uma opção político-cultural para efetividade das normas constitucionais	22
2.2. Interpretação como forma de efetivação das normas constitucionais	25
3. Duração razoável como princípio derivado do acesso à justiça	
3.1. Definição de acesso à justiça	37
3.2. Obstáculos de acesso à Justiça	40
3.2.1. O custo do processo	40
3.2.2. Obstáculos culturais, psicológicos e funcionais	47
3.3. Tempo como fator de acesso à justiça	53
4. Garantia fundamental a uma duração razoável do processo	
4.1. Normas constitucionais	57
4.2. Evolução temporal do direito à duração razoável do processo	66
4.3. Experiência internacional	70
4.4. Natureza jurídica	76
4.4.1. Problemática: regra ou princípio constitucional?	76
4.4.2. Problemática: direito ou garantia constitucional?	84
4.4.3. Problemática: garantia fundamental?	87
4.4.4. Problemática: direitos de defesa ou à prestação?	92
4.5. Eficácia jurídica da garantia constitucional da duração razoável do processo	94
4.6. Sentido e alcance da expressão razoável duração	105

4.6.1. Meios de interpretação da razoável duração do processo	106
4.6.2. Rapidez <i>versus</i> certeza	110
4.6.3. Critérios de análise de um processo com tempo razoável	112
4.6.4. Efetividade e tempestividade como forma de tutela jurisdicional adequada	118
4.7. Devido processo legal e outros princípios processuais	122
5. Diagnose normativa dos meios que garantem o direito à duração razoável do processo	
5.1. Instrumentos processuais. Art. 14 a 18 do CPC	129
5.2. Artigo 285-A, do CPC	132
5.3. Nova sistemática da execução	134
5.4. Tutelas coletivas	142
5.5. Tutelas de urgência	149
5.6. Meios extrajudiciais de resolução do litígio	153
5.7. Controle de constitucionalidade como meio de maximização da duração razoável do processo	156
5.8. Da súmula vinculante	163
5.9. Informatização do processo judicial	167
5.10. Artigo 543-C, do CPC	170
6. Instrumentos de garantia da duração razoável do processo	
6.1. Responsabilidade Civil do Estado pela demora do processo	172
6.2. Garantias constitucionais como veículo de efetivação da duração razoável do processo	186
7. Limites ao desenvolvimento e efetivação judicial da garantia da duração razoável	
7.1. Considerações Iniciais	193
7.2. A vedação a atuação do magistrado como legislador positivo ...	194
7.3. Densidade insuficiente das normas constitucionais	201
7.4. A teoria da reserva do possível e o custo do direito	202
8. Considerações finais	206
Referências	212